



Procuradoria Geral do Estado - PGE  
Procuradoria de Contratos e Convênios - PGE-PCC

Parecer nº 67/2021/PGE-PCC

**Referência:** Processo Administrativo n. 0015.287573/2020-21 Pregão Eletrônico n. 757/2020/KAPPA/SUPEL/RO

**Interessado:** Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON/RO

**Objeto:** Registro de Preços para futuras e eventual aquisição de material de consumo - (limpeza)

**Valor Estimado:** R\$ 225.372,00 (duzentos e vinte e cinco mil trezentos e setenta e dois reais)

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Recurso Administrativo. Intenção de Recorrer. Não apresentação das razões. Direito de Petição. Conhecimento. Impedimento Contratar com a Administração. Procedente.

## I - INTRODUÇÃO

1. Trata-se de intenção de recurso apresentada pela empresa **I.S.B. COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI**, a qual manifesta interesse em provar que está apta a contratar com a Administração, com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal n. 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual n. 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado pelo Pregoeiro para fins de análise e parecer jurídico.
3. Abrigam os autos o Pregão nº 757/2020/KAPPA/SUPEL/RO.
4. Não houve apresentação de razões recursais e contrarrazões.

## II - ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse recursal, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

## III - DO INTENÇÃO DE RECURSO APRESENTADA PELA LICITANTE I.S.B. COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI

6. Em sua intenção de recurso, a licitante alega que provará que está apta em contratar com a administração.
7. Ocorre que a empresa não apresentou as razões recursais, a fim de comprovar sua capacidade de contratar.
8. Verifica-se que, embora tenha declarado interesse, o licitante não indicou o motivo ou a razão do seu inconformismo.
9. Entretanto, a intenção será recebida como direito de petição, a fim de analisar e decidir fundamentalmente.

## III - DECISÃO PREGOEIRO

11. Percebe-se nos autos termos de análise e julgamento do recurso administrativo, a Pregoeira julgou:
  - 12. **IMPROCEDENTE** o pedido pleiteado, mantendo a desclassificação da proposta da empresa **I.S.B. COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI**.

## VI - PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

13. Preliminarmente esclarecemos que a recorrente **I.S.B. COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI** NÃO apresentou as razões recursais, conforme dispõe o art. 4º, inciso XVII da Lei 10.520/2002.

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: [...]

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos; (grifo nosso)

14. Extraí-se da Ata (0016271220) que a empresa teve sua proposta recusada por descumprimento do edital (0015551349):
 

**Recusa da proposta. Fornecedor: I S B COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI, CNPJ/CPF: 04.935.430/0001-56, pelo melhor lance de R\$ 11.848,5822. Motivo: Em cumprimento ao disposto no item 5.4.5 do edital**

**5.4. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:**

(...)

**5.4.5. Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do direito de licitar e contratar com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal), durante o prazo de sanção;**

15. Nesse viés, a decisão da Pregoeira em recusar a proposta da licitante **I.S.B. COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO EIRELI** em razão da suspensão temporária, com fundamento no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93, registrada no SICAF (0016068852), coaduna-se com o entendimento da jurisprudência majoritária adotada por esta Procuradoria, vejamos.

16. O posicionamento do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia quanto ao alcance da sanção administrativa prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02, é de que quando um licitante é penalizado com a suspensão de licitar os seus efeitos possuem alcance em todos os órgãos da Administração Pública, seja ele federal, estadual ou municipal, a saber:

**ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. MANDADO DE SEGURANÇA. ENTES OU ÓRGÃOS DIVERSOS. EXTENSÃO DA PUNIÇÃO PARA TODA A ADMINISTRAÇÃO.**

1. A punição prevista no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 não produz efeitos somente em relação ao órgão ou ente federado que determinou a punição, mas a toda a Administração Pública, pois, caso contrário, permitir-se-ia que empresa suspensa contratasse novamente durante o período de suspensão, tirando desta a eficácia necessária.

2. Recurso especial provido. (REsp 174.274/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2004, DJ 22/11/2004, p.294)

MANDADO DE SEGURANÇA. PENALIDADE APLICADA COM BASE NA LEI 8.666/93. DIVULGAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA GERENCIADO PELA CGU. DECADÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. LEI EM TESE E/OU ATO CONCRETO. DANO INEXISTENTE. [...]. 4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/93, suspendendo temporariamente os direitos da empresa em participar de licitações e contratar com a administração é de âmbito nacional. 5. Segurança denegada. (MS 19.657/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013)

Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO:

**REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. FITHA. GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEL. SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR. LIMITAÇÃO DOS EFEITOS DA SANÇÃO À ESFERA DO ÓRGÃO SANCIONADOR. PREVISÃO EDITALÍCIA. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. MORALIDADE ADMINISTRATIVA. UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA.**

1. As punições previstas no inciso III do art. 87 da Lei n. 8.666/93 e no art. 7º da Lei n. 10.520/02 não produzem efeitos somente em relação ao órgão ou ente federado sancionador, mas a toda a Administração Pública, que é uma.

2. Salvaguarda da moralidade administrativa. (ACÓRDÃO AC2-TC 00158/17 REFERENTE AO PROCESSO 03607/16)

17. Não obstante a existência de controvérsia de posicionamento entre STJ e TCU, bem como dos entendimentos doutrinários divergentes, cabe ao Administrador optar pela segurança jurídica, que no presente caso está alicerçada na jurisprudência do STJ, a qual dá o comando de que as sanções contidas no art. 87, III da Lei n. 8.666/1993 e art. 7º da Lei n. 10.520/2002 não estão restritas apenas ao órgão licitante, mas abrangem toda a Administração Pública, direta e indireta, da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, conforme decisões contidas no RMS de n. 326.6228/SP (Dje de 14.9.2011) e no REsp 1382362 PR (Dje 31.3.2017), ou seja, de que a sanção tem aplicabilidade de âmbito nacional, nos dizeres da Min. Eliana Calmon, relatora do MS n. 19.657/DF (Dje de 23.8.2013).

## V - CONCLUSÃO

18. Ante o exposto, esta Procuradoria Geral do Estado, sob o viés jurídico que lhe compete, não vislumbra qualquer irregularidade na decisão do(a) Pregoeiro(a).

19. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

20. Tendo em vista o preço estimado deste procedimento licitatório, esta opinião **NÃO** será submetida à aprovação ao Procurador Geral do Estado diante da disposição contida no Art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 620/2011 concomitante Art. 8º, §3º, da Resolução nº 08/2019/PGE-GAB, da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia - Edição 126 - 11 de julho de 2019 - Porto Velho/RO (6876905).

21. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

22. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNNO CORREA BORGES, Procurador(a)**, em 17/02/2021, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0016257118** e o código CRC **E31E4047**.